



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A participação do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no  
Líbano**

**Karla Nayra Fernandes Pereira**

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais**

**Orientador: Virgílio Caixeta Arraes**

**Brasília**

**2015**

## Resumo

O presente artigo é um substrato da atuação brasileira no comando da Força-Tarefa Marítima na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (MTF-Unifil – sigla em inglês). Desde fevereiro de 2011 até o presente momento, março de 2016, o Brasil lidera o único componente naval sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). O papel do Brasil, enquanto nação mantenedora da paz naquela região, têm sido o de cumprir o mandato da ONU que visa à regulação de entrada de armamentos ilícitos através das fronteiras marítimas do país, por meio de ações de interdição marítima. Sob a perspectiva teórica construtivista de Anthony Giddens e sob a ótica sociológica de Émile Durkheim, o trabalho discorrerá sobre as razões que justificam a participação e a permanência do comando brasileiro na referida Operação de Paz. Ademais, o artigo busca argumentos que discorram sobre os impactos dessa missão na Política Externa Brasileira.

## *Abstract*

*This article is a substrate of Brazil's performance in command of the Maritime Task Force on the United Nations Interim Force in Lebanon (MTF-UNIFIL). From February 2011 until nowadays, March 2016, Brazil has leads the only naval component under the aegis of the United Nations (UN). The Brazilian's role, while sustaining the nation's peace in the region, have been to fulfill the mandate of the UN aimed at regulating entry of illegal weapons across the maritime borders of the country through maritime interdiction actions. Under the constructivist theoretical perspective of Anthony Giddens and under the sociological perspective of Émile Durkheim, this article will talk about the reasons for the participation and the permanence of the Brazilian command in this Peace Operation. Moreover, this article seeks arguments about the impacts of this mission on Brazilian Foreign Policy.*

## Introdução

A participação do Brasil nas Operações de Paz das Organizações das Nações Unidas (ONU) teve início em 1956, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) levou a Assembleia Geral a criar a primeira força de manutenção da paz com tropas, a *United Nations Emergency Force I* (UNEF I) (FONTOURA, 1999). Entre árabes e israelenses, cerca de seis mil soldados brasileiros foram voluntários a compor o Batalhão de Suez. O fato marcou o pioneirismo do Brasil na missão que formava uma moldura na qual a ONU se basearia para orientar o que hoje é conhecido como Operações de Manutenção da Paz.

A ocorrência dessas operações tornaram-se cada vez mais frequentes no mundo contemporâneo e esse aumento representa uma nova fase na história da segurança do sistema internacional. (DOOLEY, 1997). Embora a Carta da ONU descreva uma série de diretrizes que baliza sua atuação, alguns princípios, mesmo que não estejam descritos claramente na referida carta, mas que, por meio de uma análise empírica e histórica, moldam a sua performance nas operações de manutenção da paz<sup>1</sup>.

O documento reúne um amplo conjunto de regras que, desde sua origem, modelou e legitimou a participação brasileira em um padrão que foi decisivo para contribuir com a manutenção da paz em uma região que, durante décadas, tem sua história marcada por conflitos com países vizinhos. Apesar das diretrizes, ainda há um grande esforço das Nações Unidas e, recentemente, do Brasil para colocar um fim definitivo ao conflito. O propósito e a utilidade da Carta da ONU são permitir que as partes encontrem uma solução política para a controvérsia<sup>2</sup>.

Segundo Fontoura (2009), desde sua criação, a ONU desdobrou cerca de 70 operações de manutenção da paz, das quais o Brasil participou de 40 até 2009. Atualmente, oficiais brasileiros exercem o comando militar das missões no Haiti (Minustah) e na República Democrática do Congo (Monusco) e o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-Unifil), a única força naval sob a égide da ONU.

---

<sup>1</sup> São eles: o consentimento das partes envolvidas no conflito; o uso da força apenas em situações de autodefesa; o caráter imparcial da missão, com a participação de países de diferentes regiões do mundo; e a não-participação de tropas dos países-membros permanentes do Conselho de Segurança, nem dos diretamente interessados no conflito. (LANNES, 1998).

<sup>2</sup> Capítulo I da Carta da ONU – Propósitos e Princípios

As Operações de Manutenção da Paz foram importantes instrumentos para que o Brasil se posicionasse como um ator de responsabilidade global, mostrando ocupar-se das questões contidas na agenda internacional. Ao empreender essas missões, o país alimenta o anseio por construir uma trilha que, no caso de uma eventual reforma do Conselho de Segurança da ONU, trará a possibilidade de ocupar um assento permanente.

Ademais, reconhecendo os limites dessa análise cujo tema é ainda pouco explorado, este trabalho buscará compreender os impactos da atuação brasileira nas missões de paz de que participa e as justificativas que levaram o Brasil a assumir o comando da FTM-Unifil. Fontes oficiais como as páginas de internet do Itamaraty, do Ministério da Defesa e da Marinha do Brasil pouco discorrem sobre o assunto, dispondo apenas de informações superficiais e repetidas, o que dificultou ainda mais a busca por subsídios para a pesquisa. Entretanto, fontes primárias como documentos e registros que contêm elementos dos processos decisórios brasileiros para atuação na Unifil foram consultados, bem como entrevistas com os primeiros participantes e matérias de jornais de grande circulação.

## **1. Marco Teórico**

O perfil pacifista adotado pelo Brasil pode ter contribuído para sua permanência no comando da missão por cinco anos consecutivos<sup>3</sup>. A palavra “pacifista” se adequa nesse contexto, ao passo que a última guerra na qual o Brasil esteve presente foi a Guerra do Paraguai, há pouco mais de 150 anos. Da mesma forma, não há na história registros de conflitos, sejam eles armados ou não, entre o Brasil e o Líbano. O que existe é uma antiga relação de cooperação entre as nações<sup>4</sup> por meio da abertura das fronteiras brasileiras e da aceitação mútua entre os países que, desde a primeira fase da imigração libanesa, fizeram do Brasil e do Líbano nações amigas muito antes da chegada de tropas brasileiras para compor a FTM-Unifil .

A trajetória percorrida pelo Brasil até a liderança da missão foi construída por meio de um processo decisório majoritariamente político. As Nações Unidas convidaram o

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar os cinco anos foram completados em fevereiro de 2016 e, portanto, esse período pode alongar-se por mais tempo, tendo em vista que este trabalho foi concluído em março do mesmo ano.

<sup>4</sup> Muito embora o Brasil mantenha relações pacíficas tanto com Israel quanto com o Líbano, países que disputam território ao sul do país libanês, há na história um longo caminho percorrido nas relações entre brasileiros e libaneses. Esse percurso histórico culminou no deslocamento de uma vasta população de libaneses ao Brasil. Hoje, a população de libaneses no Brasil é maior do que no próprio Líbano. Frutos dessa população são seus descendentes que somam cerca de 14 milhões. De acordo com dados historiográficos, o contexto da emigração libanesa perdurou entre o período de 1880 e 2000.

país em 2010 para assumir o comando da missão em 2011. Desde então, ano após ano um navio de grande porte foi enviado ao Oriente Médio para suprir a missão com tropas e meios. Naquele ano, a sociedade libanesa já reconhecia a importância do papel brasileiro à frente da missão. Dentre as nações que já estiveram no comando, o Brasil foi o país que esteve por mais tempo à frente da FTM-Unifil. Esse reconhecimento da liderança brasileira tanto pela sociedade libanesa quanto pelas Nações Unidas levam a uma análise sob a perspectiva sociológica do conceito de Émile Durkheim (2007) de um fato social. Durkheim propõe que sua abordagem seja assimilada pelas relações internacionais e, nesse contexto, o comando brasileiro na FTM-Unifil pode ser percebido como um objeto descrito como fato social que, para a autora, ocorre quando há um reconhecimento coletivo de um fato.

Tanto as Nações Unidas quanto a sociedade libanesa reconhecem o Brasil como o líder da operação e investem credibilidade e um papel de confiança à nação. Não bastaria que o país recebesse apenas o cargo de comandante da ONU sem que o país anfitrião o reconhecesse. Além disso, grande parte da atuação à frente da missão depende do relacionamento político e diplomático com a sociedade e com as autoridades libanesas. Dessa forma, o fato de os brasileiros terem uma boa aceitação por parte da comunidade local<sup>5</sup> contribui para que o país exerça sua liderança e garanta o reconhecimento desse fato social, conceituado por Durkheim.

Para o sociólogo contemporâneo Anthony Giddens (1984) é necessário pensar as relações entre as unidades e os sistemas como dois mecanismos que se constituem mutuamente. Sob esse prisma, o reconhecimento da liderança brasileira como um fato social coaduna-se com a visão sociológica de Giddens. Segundo ele, não se pode pensar em um sistema de relações sem considerar as unidades que os compõe na construção de qualquer estrutura social (Giddens, 1984). Agentes como o Estado brasileiro, o Estado libanês e as estruturas do sistema internacional, como a ONU, se condicionam mutuamente. Essa ótica evoca uma lógica que contraria a dinâmica de pensamento tanto dos neorealistas quanto a dos neoliberais.

Na visão construtivista de Giddens, ele propõe que os agentes construam as estruturas em que vivem e essas estruturas construam as identidades e os interesses dos próprios agentes. No entanto, contrabalanceando com a visão dos realistas clássicos como

---

<sup>5</sup> Nas duas vezes que a autora esteve presente no país, ao andar pelas ruas da capital Beirut, por diversas vezes os Fuzileiros Navais que a acompanhava eram parados por populares para receber pedidos de fotografias e congratulações, simplesmente pelo fato de serem soldados brasileiros.

Kenneth Waltz, ele tomaria o sistema como ponto de partida e ignoraria o papel dos Estados na transformação do sistema. Giddens fornece, em sua teoria sociológica, uma saída construtivista para abordar a relação entre o Brasil e o Líbano enquanto estados e a Organização das Nações Unidas enquanto agente do sistema internacional.

Em outro nível de análise, os indivíduos e a sociedade na qual estão inseridos se constroem mutuamente. As estruturas sociais compartilhadas têm a sua existência dependente dos indivíduos e de que seus comportamentos reverberem dentro dessa estrutura. A Unifil pode ser um fato social no contexto do Líbano pois os locais aprenderam a conviver com os soldados oriundos de diferentes nações em seu território.

A partir de uma visão construtivista, esses são fatos sociais cujas propriedades estruturais dependem dos comportamentos tanto da sociedade libanesa quanto dos contingentes enviados pela ONU para manter a paz na região. Atualmente, há um certo reconhecimento da missão, do seu contexto e de sua atuação prática, além de todo um conjunto de regras e de legislações que permitem a compreensão de suas funções e deveres. A sobrevivência da FTM-Unifil depende não apenas do comportamento dos tomadores de decisão, mas do comportamento dos locais e dos soldados enviados ao Líbano.

Afinal, o que seria uma missão de paz sem conflitos? A Unifil é uma missão da paz condicionada pela existência do conflito entre Israel e Líbano e, no entanto, sua forma de abordar os confrontos é também transformada de acordo com as atitudes dos agentes dessa estrutura.

O Estado não é uma entidade abstrata reificada, imune às transformações do tempo e do espaço. É também uma instituição social e, portanto, uma instituição histórica. O que é conhecido como o Estado libanês hoje não é propriamente o que se tinha no Estado colonizado pela França até o início dos anos 1940. Muito embora as influências tenham marcado a sociedade libanesa, hoje o Líbano é um outro país.

## **2. As origens das Operações de Paz**

Há registros na literatura que uma das origens das operações de paz remonta à Liga de Delos (478-404) da Grécia antiga (RAM, 2008), quando Estados ao redor do Mar Egeu formaram uma aliança para proteção mútua contra os persas (NYE JR, 2009). Porém, a Liga de Delos representava apenas meras alianças que pouco tinham a ver com as demandas pela paz. Por outro lado, sob a ótica ocidental, o exemplo mais próximo da

história que primeiro esboçou uma ideia de atitude pró-ativa em favor da manutenção da paz, tal qual o modelo atual, foi realizado pela Igreja Católica, ao final do século X, por intermédio de suas iniciativas para tentar impor limites à propagação da guerra (a “Paz de Deus” e a “Trégua de Deus”<sup>6</sup>) (RAM, 2008). Todavia, essas tentativas tinham como real intenção da Igreja a transferência das guerras entre Estados na Europa para os muçulmanos no Oriente Médio.

Em 1623, um novo conceito havia sido lançado pelo francês Émeric Crucé (1590- 1648). Conforme Johnston (2008), Crucé propôs a liga de Estados soberanos que, para ele, deveria ser permanente e global além de ser estabelecida em um local neutro. Tratava-se não apenas uma união de conveniência de potências europeias como anteriormente vinha acontecendo, mas desenvolvia-se, pela primeira vez, a ideia de uma organização internacional de acordo com o princípio da soberania moderna, aberta a cristãos e não-cristãos.

Na Idade Moderna (1453-1789), a Paz da Westfália (1648), o Tratado de Utrecht (1713), Tratado de Paris (1763) e o Congresso de Viena (1815) representam momentos de uma trajetória de construção e de sucessivas restaurações de uma ordem estatal amparada no consenso. Segundo Magnoli (2012, p. 10), “a ideia de que uma paz duradoura derivaria do equilíbrio de poder surgiu, embrionariamente, na Westfália e tornou-se uma doutrina da maior potência em Viena, mas foi abandonada em Versalhes.” Desse modo, o denominado “Concerto da Europa”<sup>7</sup>, posterior ao Congresso de Viena, não se sustentou frente aos reflexos decorrentes da Unificação Alemã e terminou por implodir na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

### **3.1 A busca pela paz no início do século XX**

---

<sup>6</sup> Nos séculos X e XI, a Igreja, principalmente na França, desencadeia um movimento de reforma espiritual, procurando conter os abusos e transformar igrejas em locais de asilo, moderando as atividades militares. Para tal, desenvolve dois movimentos ideológicos: a “Paz de Deus”, ainda no século X, quando se proíbe o ataque às populações desprevenidas e aos bens da Igreja, punindo com a pena de excomunhão, e a “Trégua de Deus”, em 1027, que interditava as guerras entre sexta e segunda-feira. Em ambas situações, as instituições eclesiásticas assumem a função de detentoras da dinâmica do restabelecimento da paz (BINGEMER, 2002).

<sup>7</sup> Após a derrota de Napoleão (1769-1821) e o estabelecimento da paz pelo Congresso de Viena (1815), as cinco potências da Europa – Áustria, Grã-Bretanha, França, Prússia e Rússia – gozaram de um período de relativa paz denominado “Concerto da Europa” que se estendeu até o início da Primeira Guerra Mundial. Não houve nenhuma guerra importante entre essas potências após a derrocada de Napoleão até a Guerra da Crimeia (1854), e nessa, Áustria e Prússia permaneceram neutras (MINGST, 2009).

Após o desfecho da Primeira Guerra Mundial, ex-Presidente norte-americano Woodrow Wilson, com base em seus “Quatorze pontos”<sup>8</sup>, contribuiu para o estabelecimento do Pacto da Liga das Nações, decorrente do conjunto de negociações que se realizaram entre os “Aliados e as Potências Associadas”<sup>9</sup> na Conferência de Paz de Paris, em 1919, para selar a paz com a Alemanha (FONTOURA, 1999).

Acreditava-se que os conflitos só poderiam ser contidos com a criação de um organismo internacional de caráter permanente para se negociar e garantir a paz. Apesar dos esforços de Wilson, os Estados Unidos da América (EUA) não participaram da Liga, por decisão do Congresso norte-americano. A então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não quis participar da Liga e a Alemanha foi excluída por ter sido derrotada na Guerra.

De forma geral, o Pacto da Liga das Nações<sup>10</sup> integrava um sistema de segurança mútua onde os países envolvidos se comprometiam a respeitar e a manter a integridade territorial e a independência política de seus membros contra agressões estrangeiras, propondo mecanismos para soluções pacíficas de controvérsias, por meio da arbitragem de litígios, de solução judiciária ou de exame pelo Conselho da Liga (FONTOURA, 1999).

Durante o período da Liga, apesar de alguns bons resultados na resolução de litígios, ações humanitárias e apoio econômico a países em dificuldades, em algumas situações as Estados-membros não colocaram os interesses do coletivo internacional à frente de seus próprios<sup>11</sup>, o que a tornou cada vez mais enfraquecida. Em 1939, com a declaração da Segunda Guerra Mundial, suas sessões foram interrompidas, restringindo-se

---

<sup>8</sup> Os “Quatorze Pontos” são 14 proposições criadas pelo ex-Presidente Wilson em discurso ao Congresso norte-americano em 8 de janeiro de 1918, para a reconstrução europeia após a Primeira Guerra Mundial. O objetivo era garantir a paz e evitar novos confrontos motivados por vingança ou interesses políticos e econômicos. Apesar do altruísmo dessas propostas, vários Pontos seriam ignorados pela comunidade internacional.

<sup>9</sup> O termo “Aliados e Potências Associadas” agrupou 27 países que se fizeram representar em Paris, mas o total de participantes poderia elevar-se a 32 se contados, em separado, os domínios do Império Britânico que tomaram parte das deliberações (Austrália, África do Sul, Canadá, Índia e Nova Zelândia) (FONTOURA, 1999).

<sup>10</sup> Apesar de falhas e de não atender às expectativas iniciais, a Liga pode ser considerada a primeira tentativa moderna de se criar um organismo dedicado à paz e à segurança internacionais, estabelecendo precedentes no campo da cooperação multilateral para a solução de conflitos, que posteriormente resultaram nas atividades de manutenção da paz ocorridas ao longo do século XX.

<sup>11</sup> Ressalta-se, como exemplo, a invasão japonesa na Manchúria (1931), o boicote da Alemanha à Conferência de Desarmamento (1933), a anexação da Abissínia pela Itália (1935) e a invasão russa à Finlândia (1939).



às atividades técnicas como a proteção de refugiados e os estudos sobre a futura reconstrução<sup>12</sup>.

### 3.2 O pós-Segunda Guerra Mundial

Após as violações dos direitos humanos na Segunda Guerra Mundial, infortúnio que, entre outros, a Liga das Nações não conseguiu evitar, constituiu-se a Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional (1945) em São Francisco, com representantes de 50 países, que elaborou a Carta das Nações Unidas, com os seguintes propósitos:

Preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra; reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas; a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional pudessem ser mantidos; e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla (ONU, 1945, p. 3).

O termo “Nações Unidas” já havia sido concebido pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt (1882-1945) e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas (1942), quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam lutando contra as potências do Eixo<sup>13</sup>.

Para manter o controle de conflitos localizados que surgiram no pós-Segunda Guerra Mundial, a ONU, por meio de seu Conselho de Segurança<sup>14</sup>, passou a autorizar missões com objetivo de prevenir conflitos entre Estados ou estabilizar aqueles já em curso, pelo emprego de forças multinacionais. Essas operações surgiram como uma medida contingencial para contornar as dificuldades de colocar em prática o sistema de segurança coletiva previsto nos artigos da Carta. Os fundadores da ONU não haviam previsto a possibilidade de usar o instrumento atualmente conhecido como operação de paz e, sobre qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão (art. 39), sendo-lhe permitido, até mesmo, imiscuir-se em assuntos afetos à jurisdição interna dos Estados, desde que as

---

<sup>12</sup> FERRO, Marc. A Liga das Nações está morta, viva a ONU. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ac&id=826>. Acesso em: 02 de mar. 2016.

<sup>13</sup> Alemanha, Japão e Itália.

<sup>14</sup> Segundo Fontoura (1999), o CSNU, de acordo com os artigos da Carta das Nações Unidas, “pode deliberar sobre qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão (art. 39), sendo-lhe permitido, até mesmo, imiscuir-se em assuntos afetos à jurisdição interna dos Estados, desde que as medidas estejam amparadas pelo Capítulo VII (art. 2,§7)” e, por outro lado, os Estados-membros deverão “aceitar e implementar as decisões do CSNU (arts. 25 e 48), ao qual conferem a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais (art. 24,§1).”

medidas estejam amparadas pelo Capítulo VII (art. 2,§7)” e, por outro lado, os Estados-membros deverão “aceitar e implementar as decisões do CSNU (arts. 25 e 48), ao qual conferem a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais (art. 24,§1).” desse modo, nem mesmo é mencionada na Carta das Nações Unidas original (RAM, 2008).

Com o tempo, houve uma evolução no formato dessas operações, em sintonia com as mudanças e as demandas do cenário político-estratégico internacional, algumas com sensíveis diferenças se comparadas ao modelo inicialmente desenvolvido (BRAGA, 2012).

Convencionou-se distribuir as operações de paz em três gerações (BELLAMY; WILLIAMS, 2010). As operações de paz da “primeira geração”, também chamadas de operações “tradicionais”, abrangeram o período de 1948 a 1988, durante parte da Guerra Fria<sup>15</sup> (1947-1991), e foram concebidas para responder a crises entre Estados por intermédio de forças da ONU desarmadas ou fracamente armadas, monitorando tréguas, a retirada de tropas ou provendo segurança enquanto as negociações políticas se desenvolviam, utilizando a força somente em legítima defesa (DOYLE; SAMBANIS, 2006). Eram realizadas com o consentimento das partes do litígio, com o apoio do CSNU e de países que contribuía com tropas, sem influência sobre os esforços políticos para a resolução dos conflitos, que era papel apenas dos diplomatas. Como resultado, a solução de conflitos era um processo demorado. Em sua “primeira geração”, as operações de paz da ONU eram principalmente de natureza militar e, portanto, lideradas por militares (CONLEY, 2014).

Após a Guerra Fria, novos temas passaram a se destacar na agenda internacional: violação dos direitos humanos, genocídio, limpeza étnica, tortura, fluxos de refugiados e ação de grupos armados irregulares, entre outros. Em resposta, o CSNU passou a autorizar missões cada vez mais complexas, incorporando uma série de funções, atividades e objetivos às missões de paz tradicionais, dando origem às operações de paz de

---

<sup>15</sup> A Guerra Fria (1947-1991) é a designação atribuída ao período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a extinção da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), caracterizada por disputas estratégicas e conflitos indiretos de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre os EUA e a ex-URSS, configurando um conflito entre duas nações e suas zonas de influência.

“segunda geração”<sup>16</sup> ou “multidimensionais”<sup>17</sup>, ocorridas no período de 1989 a 1995 (BIGATÃO, 2008).

As operações de “segunda geração”, comuns ao final da Guerra Fria, passaram a se opor a conflitos interestatais, de dimensões política, étnica, religiosa e cultural, sob um mandato mais amplo, normalmente ainda com o consentimento das partes envolvidas. Seu objetivo era restaurar o Estado de Direito e as instituições legítimas para uma governabilidade efetiva e para a promoção dos direitos humanos, com a cooperação econômica e social, desenvolvendo uma infraestrutura necessária à prevenção da violência no futuro e à paz duradoura, além das atividades puramente militares (ONU, 2010). Entre suas atividades, destacavam-se as ações de desmobilização de forças, fiscalização de eleições, recolhimento de armamento, remoção de minas e apoio ao regresso de refugiados, com a participação não só de militares, mas também de civis (FONTOURA, 1999).

Fruto de sensíveis mudanças e da necessidade de adaptações, o ex-Secretário-geral da ONU Boutros Boutros-Ghali (1992-1996), em seus relatórios<sup>18</sup>, dividiu as operações de paz em cinco categorias<sup>19</sup>: diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*), operações de promoção da paz (*peacemaking*), operações de manutenção da paz (*peacekeeping*), operações de imposição da paz (*peace enforcement*) e operações de consolidação da paz (*peacebuilding*).

A partir da década de 90, surgem as operações de paz de “terceira geração”, que, segundo Doyle e Sambanis (2006), caracterizam-se pelo emprego de operações de imposição da paz, ou seja, o uso da força sem o consentimento de um ou mais partidos sobre parcela ou todo o mandato da ONU, em consonância com o capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

Porém, algumas operações de imposição da paz, a exemplo das missões na Somália (UNOSOM II), em Ruanda (UNAMIR) e na Bósnia e Herzegovina (UNMIBH), enfrentaram problemas em suas implementações em virtude da falta de consentimento das

---

<sup>16</sup> Uma tabela com as principais diferenças entre as operações de paz de “primeira” e “segunda” gerações consta da obra de Fontoura (1999), p. 108.

<sup>17</sup> Segundo a ONU (2010), as operações de paz multidimensionais são normalmente implantadas após um conflito interno violento e podem empregar um contingente composto de militares, policiais e civis para apoiar a implementação de um acordo de paz ou a transição para um governo legítimo, na ausência de um acordo formal de paz. Em circunstâncias excepcionais, o CSNU pode empregá-las em missões para assumir temporariamente as funções do Estado, no intuito de apoiar a transferência de autoridade de uma entidade soberana para outra, até que o Estado estabeleça suas estruturas administrativas (ONU, 2010).

<sup>18</sup> Relatórios produzidos por Boutros Boutros-Ghali em 1992 (ONU, 1992) e em 1995 (ONU, 1995).

<sup>19</sup> Para detalhes sobre os tipos de operações de paz, ver Manual de Operações de Paz (BRASIL, 2007, p. 14-15).

partes e do recrudescimento do uso da força, comprometendo por vezes sua neutralidade e perdendo a capacidade de alcançar uma resolução do conflito (BIGATÃO, 2008).

Diante desses fracassos e com o propósito de identificar suas causas e orientar as operações futuras, o ex-Secretário-Geral da ONU Kofi Annan determinou a organização de um grupo de trabalho, que produziu o Relatório Brahimi (BRAHIMI, 2000), o qual delineou as operações de paz denominadas “robustas” como aquelas em que o CSNU autoriza o uso da força no nível tático, na defesa do mandato, incluindo seu uso na proteção de civis e contra grupos que buscam obstruir o processo de paz (BRAGA, 2012).

Apesar de semelhantes, as operações de imposição da paz e as “robustas” não devem ser confundidas, pois estas, além do uso da força a nível tático, devem ser autorizadas pelo CSNU e ter o consentimento do país anfitrião e/ou das principais partes envolvidas no conflito. Já as operações de imposição da paz podem envolver o uso da força militar estratégico, que normalmente é proibido aos Estados-membros nos termos do artigo 2 da Carta<sup>20</sup>, a menos que autorizado pelo CSNU e, principalmente, não requerem o consentimento dos principais partidos (ONU, 2008).

### **3.3 As Operações de paz contemporâneas**

Atualmente, um novo conceito tem sido empregado. Segundo Doyle e Sambanis (2006), as operações de paz de “quarta geração” são aquelas cujas ações são delegadas à organizações regionais, os Estados interessados ou à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), empregadas em caso de extrema urgência ou ajuda humanitária, como por exemplo as operações desenvolvidas pela Austrália no Timor-Leste (2005) e pelos EUA no Haiti (2010).

Conforme as gerações apresentadas, as operações de paz sofreram mudanças na complexidade, nos objetivos, nas partes envolvidas (entre Estados e interestatais), nos atores responsáveis pela implementação (militares, diplomatas, civis, Órgãos não governamentais), na intensidade e nível de abrangência da força empregada e no caráter intervencionista das ações, que demandou adaptações nos procedimentos adotados pela ONU. Os princípios, formalmente baseados na imparcialidade, consentimento e não uso da força, exceto em autodefesa, foram tacitamente substituídos por eventuais parcialidades, o uso da força em graus variados e a necessidade de estudo e conhecimento dos eventuais

---

<sup>20</sup> O artigo 2 da Carta das Nações Unidas define sob quais princípios a ONU e seus Membros deverão agir para a realização dos propósitos mencionados em seu artigo 1 (ONU, 1945).

“inimigos”. Originalmente se respaldando no capítulo VI<sup>21</sup> da Carta das Nações Unidas, com seus métodos tradicionais de solução pacífica de conflitos, aos poucos passaram a adotar as ações impositivas constantes do capítulo VII.

### 3.4 Os tipos de Operações de Paz

De acordo com a ONU<sup>22</sup>, são empregados hoje em suas dezesseis missões de paz e uma missão política especial<sup>23</sup>, mais de 84 mil militares componentes de tropa e mais de 1.800 são observadores militares, além de cerca de 12.400 policiais militares, 17.200 civis e dois mil voluntários, que totalizam mais de 119 mil *peacekeepers*<sup>24</sup>.

Considerando-se somente o efetivo militar, excluindo-se policiais militares (*UN Military Police*), os indivíduos são classificados da seguinte maneira:

a) componentes de tropa (*Contingent Troops*), divididos em componentes de unidades de infantaria/engenharia e de esquadrões/navios (*Troops*), e oficiais de Estado-Maior (*Staff Officers*);

b) peritos em missões da ONU (*Experts on Mission*), divididos em observadores militares (*Military Observers*), e oficiais de ligação (*Military Liaison Officers*).

Assim, o emprego do pessoal militar nas missões de paz, dependendo das suas necessidades, será por intermédio da combinação desses indivíduos.

### 3.5 Histórico da atuação brasileira

A participação brasileira em missões de paz de organismos internacionais remonta a dois episódios: a participação da Marinha do Brasil na Comissão da Liga das Nações que, no período de 1933 a 1934, administrou a região de Letícia, território em litígio entre a Colômbia e o Peru, e a participação de três oficiais na Delegação Brasileira da Comissão Especial das Nações Unidas para os Balcãs (UNSCOB), no período de 1948-

---

<sup>21</sup> Conforme a Carta das Nações Unidas, o capítulo VI prescreve os meios pacíficos para a solução de controvérsias, através da negociação, mediação, conciliação e/ou arbitragem. Já o capítulo VII abre a possibilidade do uso da força na aplicação de medidas para a resolução de conflitos que se tornaram de fato uma ameaça à paz e segurança internacional (ONU, 1956).

<sup>22</sup> TABELA, com dados referentes às Missões de paz da ONU em andamento, disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml>. Acesso em 10 mar. 2016.

<sup>23</sup> Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) é uma missão política (grifo nosso) estabelecida pelo CSNU em 2002, a pedido do governo, para auxiliá-lo e para apoiar o povo do Afeganistão a lançar as bases para a paz e o desenvolvimento sustentável no país.

<sup>24</sup> O termo *peacekeeper* refere-se aos civis e militares que, também conhecidos como “boinas azuis”, atuam em missões de OMP da ONU.

49, para auxiliar as autoridades locais quanto às providências em relação aos refugiados e monitorar a instabilidade na fronteira entre a Grécia, em guerra civil, e a Bulgária, a Albânia e a Iugoslávia, países que supostamente intervinham na guerra grega. Vale ressaltar que a ONU considerou essa missão como de observação e não uma missão de paz (FONTOURA, 1999). Ambas contribuições ainda eram de caráter individual, sem envolvimento de tropa.

Ainda segundo Fontoura (1999), referindo-se somente às operações de paz sob a égide da ONU, a participação brasileira iniciou-se com o envio de um batalhão de infantaria para a Força de Emergência das Nações Unidas – I (UNEF I), para apoiar a supervisão do cessar-fogo entre as tropas egípcias e israelenses no Sinai e Faixa de Gaza, no período de 1957-67.

Analisando-se as missões em que o Brasil participou a partir de Suez, observa-se um primeiro período de 1957 a 1967, seguido de uma franca interrupção, e um reinício a partir de 1989 que se estende até os dias atuais. Desde de 1948, o Brasil participou de mais de quarenta missões de paz, cedendo cerca de 32 mil militares, embora só tenha enviado contingentes de tropa a seis missões: Suez (UNEF I), Angola (UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET), Haiti (MINUSTAH) e Líbano (UNIFIL – Força-Tarefa Marítima).

O envio de tropas pelo Brasil para uma Operação de Manutenção da Paz é respaldado pela Política Nacional de Defesa, que define como um de seus objetivos nacionais de defesa a “contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais” e pela Estratégia Nacional de Defesa, que tem como uma de suas diretrizes “preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz”. No caso específico de contribuição de contingentes de tropa, o envio será autorizado somente por meio de Decreto Legislativo do Congresso Nacional ao Poder Executivo (BRASIL, 2004).

### **3.6 Missões atuais com contribuição de tropas brasileiras**

A participação do Brasil atualmente, como País Contribuinte de Tropa (*Troop Contributing Country* - TCC), segundo a ONU, é de 23 policiais militares, 21 peritos em missão e 1.670 componentes de tropa, totalizando 1.714 militares, distribuídos por nove missões. O Brasil hoje ocupa o 13ª posição no *ranking* de contribuição entre TCC no mundo.

No Haiti<sup>25</sup>, o contingente brasileiro é composto por um batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia. Conforme Diretriz do Ministério da Defesa (2004), essas unidades permanecem sob controle operacional do Comandante do Contingente Militar (*Force Commander* - FC) da MINUSTAH, função desempenhada por um General brasileiro, e subordinados diretamente ao Ministro da Defesa. Como parcela do batalhão de infantaria, que tem sua estrutura baseada em militares do Exército Brasileiro, encontra-se o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, com militares da Marinha brasileira.

No Líbano<sup>26</sup>, há um navio capitânia da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL e uma aeronave, além de um Almirante, no cargo de Comandante da FTM, e seu Estado-Maior. Os últimos são enquadrados como tropas e não como *Staff Officers*.

### 3. A Unifil

No início da década de 1970, a tensão de um conflito iminente ao longo da fronteira entre Israel e Líbano aumentou, especialmente depois do transporte de armamentos palestinos da Jordânia para o Líbano. As operações sob o comando palestino contra Israel e as represálias israelenses contra bases palestinas no Líbano se intensificaram. Em 11 de março de 1978, Israel ultrapassou o limite de suas fronteiras para criar uma zona tampão a fim de se proteger dos ataques da Organização de Libertação da Palestina (POWER, 2008). O propósito de Israel era ocupar e controlar as terras ao sul do Líbano para fazer uma zona de segurança.

O Líbano apresentou suas reivindicações ao Conselho de Segurança das Nações Unidas alegando que não tinha qualquer ligação com a Organização de Libertação da Palestina. As Nações Unidas adotaram duas resoluções<sup>27</sup> nas quais Israel foi convidado a cessar imediatamente a operação militar e a retirar suas tropas do sul do país. (FERNANDES, 2010). As resoluções também davam origem à Unifil, cujo propósito, na sua origem, era confirmar a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano, a restauração da paz e da segurança internacional e auxiliar o Governo daquele país no sentido de

---

<sup>25</sup> TEXTO, com histórico da participação da MB no MINUSTAH, disponível em [https://www.mar.mil.br/hotsites/operacao\\_paz/haiti/haiti.html](https://www.mar.mil.br/hotsites/operacao_paz/haiti/haiti.html). Acesso em: 08 fev. 2016.

<sup>26</sup> TEXTO, com histórico da participação da MB na UNIFIL, disponível em [https://www.mar.mil.br/hotsites/operacao\\_paz/unifil/unifil.html](https://www.mar.mil.br/hotsites/operacao_paz/unifil/unifil.html). Acesso em: 08 fev. 2016.

<sup>27</sup> Resoluções Resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1949). Disponíveis em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?sym bol=S/RES/425%281978%29](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?sym bol=S/RES/425%281978%29)

garantir o retorno de sua autoridade efetiva na área. As primeiras tropas da Unifil chegaram à região em março de 1978.

Em junho de 1982, depois de intensa troca de tiros ao longo de toda a fronteira com Israel, o Líbano foi novamente invadido por tropas israelenses. Dessa vez, os ataques chegaram aos arredores da capital Beirute. Durante três anos, a Unifil manteve-se atrás das linhas israelenses, tentando transcender seu limitado papel de fornecer proteção e assistência humanitária à população local (POWER, 2008). Em 1985, as negociações eram intensas, mas os avanços eram ínfimos. Apesar disso, Israel realizou uma retirada parcial, mas manteve o controle de uma área no sul do Líbano ocupado pelas Forças de Defesa de Israel e por soldados libaneses que havia rompido com o Exército libanês, conhecidos como Exército do Sul do Líbano.

Em maio de 2000, as Forças de Defesa de Israel e o Exército do Sul do Líbano começaram a desocupar suas posições. Em 16 de junho, Israel já havia retirado suas tropas do Líbano em conformidade com a linha identificada pela Organização das Nações Unidas.

Após a retirada israelense, a situação na área de operação Unifil manteve-se tranquila. O Exército do Líbano e a polícia local estabeleceram postos de controle na área desocupada para controlar o movimento e manter a lei e a ordem. A Unifil acompanhou a desocupação com patrulhamentos diários e, em conjunto com as autoridades libanesas, foi capaz de prestar assistência humanitária à população local.

O sul do Líbano havia passado por uma mudança dramática. Após mais de duas décadas “as armas haviam se calado”<sup>28</sup>. Muito embora, tivesse ocorrido uma significativa melhora na área, a situação ficou muito aquém da paz e o potencial para incidentes graves ainda existia.

Até julho de 2006, apesar de numerosas violações menores na área desocupada, a chamada Linha Azul<sup>29</sup>, incluindo por meios marítimos e aéreos, além de violações ocasionais do cessar-fogo, a situação na área manteve-se relativamente calma. O foco das operações da UNIFIL manteve-se na linha de fronteira e a área adjacente, onde a Força Interina procurou manter o cessar-fogo por meio de patrulhas, a observação de posições fixas e estreito contato com as partes. A missão continuou a prestar assistência

---

<sup>28</sup> Palavras do então Secretário-Geral da ONU Kofi Annan.

<sup>29</sup> A linha de fronteira foi denominada Linha Azul pela ONU para marcar a presença dos soldados com capacetes azuis.



humanitária à população. A remoção de minas e engenhos explosivos não detonados ao sul do Líbano também ganhou um impulso adicional (UNIFIL, 2015)<sup>30</sup>.

No entanto, como ficou demonstrado mais de uma vez ao longo dos anos, os períodos de calma ao longo da linha de fronteira foram frequentemente seguidos por episódios de hostilidades. Um desses incidentes resultou na morte e ferimento de observadores militares da ONU. As tensões entre as partes não haviam diminuído. A retórica hostil continuou sendo a norma e a estabilidade continuava a ser ameaçada.

Em julho de 2006, novas hostilidades na fronteira entre Israel e Líbano começaram. O Hizbollah lançou vários foguetes a partir do território libanês ao longo da Linha Azul para posições das Forças de Defesa de Israel e na área da cidade israelense de Zarit. Em paralelo, os combatentes do Hizbollah cruzaram os limites da Linha Azul e atacaram uma patrulha israelense, capturando dois soldados, matando três e ferindo outros dois.

Subsequente ao ataque, um intenso tiroteio se seguiu ao longo da Linha Azul. O Hizbollah tinha como objetivo atingir as Forças de Defesa de Israel e as cidades ao norte do país que faziam fronteira com o sul do Líbano. Israel retaliou com ataques terrestres, aéreos e marítimos. Além das ofensivas por meios aéreos contra as posições do Hizbollah, as tropas israelenses alvejaram inúmeras estradas e pontes ao sul do Líbano, dentro e fora da área de operações da Unifil.

Com a escalada do conflito entre Israel e Hizbollah, as Nações Unidas intensificaram as negociações com os Primeiros-Ministros do Líbano e de Israel, bem como com outros intervenientes relevantes e as partes interessadas para quem apelou para que as resistências cessassem. As novas hostilidades haviam mudado radicalmente o contexto no qual a missão operava. A Força Interina continuou a operar e teve de se adaptar ao novo cenário. Apesar de serem severamente impedidas pela violência em curso, as forças de paz da Unifil realizavam observações militares, assistência humanitária e assistência médica (UNIFIL, 2015).

Em 11 de agosto de 2006, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1701<sup>31</sup> apelando para uma cessação total das hostilidades. As Nações Unidas exigiram o fim imediato de todas as operações militares ofensivas no Líbano e solicitaram às partes que ambas apoiassem um cessar-fogo permanente e uma solução abrangente para a crise. A

---

<sup>30</sup> Disponível em <http://unifil.unmissions.org/Default.aspx?tabid=11554&language=en-US>. Acesso em 15 jan. 2016

<sup>31</sup> A Resolução 1701 previa o cessar-fogo no Líbano e o deslocamento de tropas da ONU para o país.

Resolução permitiu a expansão do mandato original da missão e com isso, a atuação da Unifil teve uma significativa melhora<sup>32</sup>. Pela primeira vez, o Conselho decidiu também incluir a Força-Tarefa Marítima como parte da Operação de Manutenção da Paz.

### **3.7 A expansão da Unifil e a criação da Força-Tarefa Marítima (FTM)**

Com o fim das hostilidades, a retirada gradual das Forças de Defesa de Israel e envio de tropas libanesas às áreas de conflito, os primeiros elementos da Unifil expandida foram implantados com velocidade recorde para qualquer operação de manutenção da paz de tal complexidade<sup>33</sup>. Batalhões da França, da Itália e da Espanha chegaram à área de operação até 15 de Setembro e juntaram-se aos contingentes que já vigoravam, os batalhões de Gana e da Índia.

A rápida implantação da Força-Tarefa Marítima da Unifil (FTM-Unifil) ampliou as atividades da Força e ajudou a formar um sistema multilateral de negociação. Criada em outubro de 2006, a pedido do governo libanês, o componente naval começava a exercer a missão de apoiar a marinha libanesa no monitoramento de suas águas territoriais, garantir a segurança da costa e impedir a entrada não autorizada de armas ou materiais relacionados pelo mar para o Líbano (ONU, 2015). O controle operacional da força naval foi delegado pelo comandante de força da Unifil para o comandante da FTM, na época liderada pela marinha da Alemanha.

Em 29 de fevereiro de 2008, a Alemanha entregou o comando para a Força Marítima Europeia (EUROMARFOR) liderada pela Itália. No âmbito desse acordo, foi a primeira vez que a EUROMARFOR<sup>34</sup> atuou sob o mandato das Nações Unidas. O Comando da FTM-Unifil pela EUROMARFOR durou um ano sob liderança da Itália<sup>35</sup> e em seguida sob a liderança da França<sup>36</sup>.

Em 1º de Março de 2009, a França-EUROMARFOR entregou o comando do sistema de negociação multilateral para a Bélgica que, em 30 de maio o repassou aos italianos. A Itália, então, transferiu a autoridade da FTM- Unifil para a Alemanha em 31 de

---

<sup>32</sup> A Resolução 1701 contou com um significativo aumento do contingente que atuava na região. A tropa que antes tinha cerca de 2.000 soldados, passou a contar com cerca de 15.000 militares.

<sup>33</sup> Afirmção da ONU, disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unifil>. Acesso em 10 jan. 2016

<sup>34</sup> Força Multinacional Marítima formada em 1995 pela França, Itália, Portugal e Espanha. Juntas, realizavam operações navais, aéreas e anfíbias.

<sup>35</sup> De 29 fevereiro a 31 agosto de 2008.

<sup>36</sup> De 1 de setembro de 2008 a 28 de fevereiro de 2009.

agosto. Em 1º de Dezembro de 2009, a Itália assumiu o comando novamente (Unifil, 2015).

Após o comandante italiano anunciar, em 2010, que deixaria o comando da Força-Tarefa Marítima, a ONU teve de buscar um novo comandante para a força naval. A direção da missão foi então ofertada à Indonésia, que declinou. O convite foi feito ao Brasil que assumiu no ano seguinte.

### **3.8 Impactos da atuação brasileira na FTM-UNIFIL na política externa do Brasil**

Durante seu governo, o presidente Luís Inácio Lula da Silva não deteve esforços ao investir em grandes estratégias externas para elevar a popularidade do país ante a comunidade internacional. A simplicidade de seus discursos e forma sutil por meio da qual penetrava em temas complexos eram características do ex-presidente cuja performance trouxe relevância global ao Brasil emergente (LESSA e CERVO, 2014). Na era Lula, importantes marcos na área de defesa nacional foram alcançados bem como o lançamento da publicação da Política de Defesa Nacional, em junho de 2005, reinserindo o tema na agenda política; e o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa, no final de 2008, definindo diretrizes para consolidação do papel do Ministério da Defesa na hierarquia de comando das três forças singulares em um movimento de aproximação com o poder civil. Um dos reflexos da política exterior adotada por Lula da Silva foi o convite das Nações Unidas ao Brasil para comandar a missão de paz no Líbano.

Entretanto, com a chegada da presidente Dilma Rousseff ao Palácio do Planalto, as atividades no campo das Relações Internacionais declinaram dando espaço à dificuldade do Estado em manter o diálogo intenso e confiante com os segmentos dinâmicos da sociedade de que resultara a ascensão brasileira como potência emergente (LESSA e CERVO, 2014). Apesar do “declínio”<sup>37</sup>, as Nações Unidas mantêm o Brasil como líder da FTM-Unifil. Dessa forma, é possível perceber que a atuação do ex-presidente pode ter influenciado na escolha do Brasil como uma opção razoável para a liderança da missão. Mesmo quando o Brasil se depara com esse “declínio”, a aprovação de sua atuação no Líbano é confirmada ano após ano, à medida que o comando brasileiro se renova desde 2011.

A política exterior brasileira mantém princípios tradicionais em matéria de segurança internacional, especialmente a autodeterminação dos povos

---

<sup>37</sup> Conceito elaborado pelos professores Amado Cervo e Antônio Carlos Lessa. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400308>. Acesso em 18 mar. 2016

e a não intervenção, que fustigam os dois mecanismos de violência, intervenção e sanção, aplicados como regras de conduta pela Otan, desde a Segunda Guerra Mundial. (LESSA e CERVO, 2014)

A atuação brasileira à frente da FTM está prevista na Estratégia Nacional de Defesa<sup>38</sup> (END), idealizada no governo Lula da Silva, em 2008. Em suas diretrizes, o documento incentiva o incremento do adestramento e da participação das Forças Armadas em operações de paz, integrando Força da ONU ou de organismos multilaterais da região. Nos casos de missão de paz, a END destaca a ampliação da participação nessas operações, sob a égide da ONU ou de organismos multilaterais da região, de acordo com os interesses nacionais expressos em compromissos internacionais.

O documento registra que o Ministério da Defesa deverá promover ações com vistas ao incremento das atividades de um Centro de Instrução de Operações de Paz, de maneira a estimular o adestramento de civis e militares ou de contingentes de Segurança Pública, assim como de convidados de outras nações amigas. Para tal, proverá o apoio necessário a torná-lo referência regional no adestramento conjunto para operações de paz e de desminagem humanitária. (Ministério DA DEFESA, 2008).

Assim como a diplomacia, as Forças Armadas configuram-se instrumentos de política externa. O envolvimento tanto do Ministério das Relações Exteriores quanto do Ministério da Defesa converge-se para a afirmação de que as Forças Armadas têm sido usadas como instrumento da política externa.

Ao mesmo tempo, o instrumental político e diplomático da ONU garante trilhos mais seguros para a paz e segurança internacionais, dentro de um quadro de interdependência e de sistema de geometrias variáveis de poder militar, econômico e político em quadro de mutação. As configurações regionais também devem ser ouvidas, na medida de, ao mesmo tempo, garantir aderência às decisões e ações no terreno, mas sem que vetos regionais imponham paralisia em casos de crise. (KOMNISKI, 2015).

A histórica participação das Forças Armadas do Brasil consiste nas operações de paz da ONU. Essa atuação coaduna-se com os interesses da política externa brasileira, com os princípios e regras nacionais e internacionais. No caso da FTM-Unifil, o deslocamento de tropas brasileiras para o Oriente Médio configura ao Brasil a posição de um país que está ocupado em manter-se na cena global, mostrando-se inquieto com as questões problemáticas que transcendem suas fronteiras.

---

<sup>38</sup>[http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf). Acesso em 10 mar. 2016

Como ressaltou o ministro Amorim, a manutenção da paz traz o preço da participação. Cabe agora a políticos, diplomatas, militares, acadêmicos e membros da sociedade civil debaterem o quanto o Brasil está disposto a pagar este preço. O envolvimento no Haiti até o momento sinaliza que o Brasil pode ter sim uma contribuição importante nessas ocasiões. (KENKEL, 2012. p:262)

Embora a presença no Líbano traga ao Brasil uma posição de país com preocupações globais, a manutenção de pessoal e de material têm um custo alto para o país. No período de 2013 a 2015, o Brasil investiu cerca de R\$46 milhões para manter-se no comando da FTM-Unifil. Apesar de a ONU reaver uma parte desse custo, na maioria das vezes os recursos são insuficientes para cobrir todos os investimentos realizados.

A atuação brasileira na Força-Tarefa da Força Interina das Nações Unidas no Líbano é um tema de pouco realce na literatura sobre política externa brasileira. Nas obras de renomados autores que se dedicam à temática como José Honório Rodrigues, Paulo Fagundes Visentini, Delgado de Carvalho, Amado Luiz Cervo e até mesmo a Revista Brasileira de Política Internacional não trata o tema de forma aprofundada ao abordar sobre a participação brasileira nas Operações de Manutenção da Paz da ONU.

Entretanto, houve por parte do governo brasileiro um esforço envidado no sentido de sintetizar a consecução dos objetivos estratégicos de defesa do país em um documento oficial: o Livro Branco da Defesa<sup>39</sup>. No Livro, o Estado brasileiro define, em uma perspectiva de longo prazo, as metas constantes do Plano Brasil elaborado pela secretaria de Assuntos estratégicos. Entre as metas está a manutenção do Brasil atuante nas Operações de Manutenção da Paz e nas ações humanitárias de interesse do País, no cumprimento de mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), com amplitude compatível com a estatura geopolítica do País (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

O documento prevê que no cenário internacional, a vertente preventiva da defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de reconhecida capacidade militar, apta a gerar efeito dissuasório. Está prevista ainda a ampliação da projeção do País no contexto mundial e da reafirmação de seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos.

Para isso há uma projeção de que o Brasil intensifique sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos

---

<sup>39</sup> Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdsn.pdf>. Acesso em 10 mar. 2016.

multilaterais. O país também deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em outras operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU além de intensificar o intercâmbio com as forças armadas de outras nações, particularmente com as da América do Sul e da costa ocidental da África, e reforçar laços com outros países que interagem em fóruns de concertação como o IBAS e o BRICS, além de parcerias tradicionais (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

### 3.9 O Brasil na FTM-Unifil

Por meio do decreto nº 741<sup>40</sup> de 2010, foi autorizada, pelo Congresso Nacional, a participação de militares brasileiros na Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano. Ao assumir o comando da missão, o primeiro oficial general da Marinha do Brasil, o Contra-Almirante Luís Henrique Caroli<sup>41</sup>, iniciou uma trajetória de comando brasileiro que perdura até os dias de hoje. Pouco tempo após a assunção do comando brasileiro, um navio do tipo fragata chegou ao porto da capital Beirute para dar suporte à missão e cumprir o mandato da ONU, conforme o previsto na resolução 1701 de 2006<sup>42</sup>.

A função das tropas brasileiras é atuar com o foco em contribuir para evitar a entrada pelo mar de armamento não autorizado pelo Governo libanês, por meio de Operações de Interdição Marítima; e auxiliar a Marinha libanesa no treinamento de seu pessoal, para que ela seja capaz de controlar suas águas territoriais. Quando a liderança brasileira chegou ao Líbano, a missão era conduzida por um núcleo de estado-maior cuja coordenação era exercitada de maneira ainda rudimentar. Consequências disso, foram os desafios enfrentados no início da operação, foram eles: a criação de um senso de unidade entre os navios de diferentes países que atuavam na missão; a mudança do padrão da documentação da missão vigente; e a conquista do respeito profissional dos seus pares, integrantes da FTM.

O estado-maior brasileiro desembarcou na capital Beirute em fevereiro de 2011. A fragata brasileira, denominada União (F-43), chegaria em outubro do mesmo ano. Enquanto isso, o trabalho era preparar o terreno para dar início aos trabalhos da missão nos

---

<sup>40</sup> <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=242216&norma=263080>. Acesso em 23 fev. 2016

<sup>41</sup> O Almirante Caroli concedeu uma entrevista em 2014 para o documentário *Amantes da Paz*, que aborda a atuação da Marinha do Brasil no Líbano. Trechos dessa dos relatos foram usados para adicionar mais elementos à este trabalho.

<sup>42</sup> O documento prevê atividades de interdição a fim de proibir de entrada de armamentos e quaisquer materiais ilícitos através das fronteiras marítimas do Líbano. Dado disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/465/03/PDF/N0646503.pdf?OpenElement>. Acesso em 05 fev. 2016

assumida pelo governo brasileiro e aguardar a chegada do navio que seria o principal da frota internacional composta por três navios da Alemanha , dois de Bangladesh, um da Grécia, um da Turquia e um da Indonésia.

Ao longo de oito meses, apesar do núcleo de estado-maior ter coordenado a missão na ausência de um comandante permanente, os países ainda não atuavam de forma unificada. Para promover a aproximação necessária entre eles, foram realizadas atuações combinadas e exercícios conjuntos nos quais os diferentes países pudessem exercer a interoperabilidade entre as armadas.

Antes da chegada do Brasil, a legislação e os documentos que regiam a missão eram moldados pelos parâmetros da OTAN, organização da qual o Brasil não faz parte. Ao levar o navio capitânia de volta para a Itália, a liderança italiana levou também importantes informações e dados referentes à missão, deixando um imenso vácuo para o próximo país que assumisse a posição. Por isso, foi necessário mudar a documentação vigente. Mesmo assim, foi preciso considerar os resquícios da antiga documentação como um ponto de partida para os novos moldes de publicações.

#### **4 Razões que levaram ao Brasil a participar da FTM-Unifil**

As justificativas que levaram ao Brasil a participar da operação perpassam desde o campo estratégico, no âmbito da política exterior brasileira, até questões de ordem prática e interna das Forças Armadas.

Na carta de exposição de motivos apresentada ao Congresso Nacional pelo então Ministro da Defesa e por seu antecessor, embaixador Celso Amorim e Nelson Jobim respectivamente, ambos defenderam a ideia de que o Brasil deveria apoiar os trabalhos de monitoramento de cessação das hostilidades na fronteira entre Israel e Líbano, acompanhar e apoiar as forças libanesas em seu território, inclusive ao longo da fronteira em disputa, prestar apoio no que tange ao acesso de assistência humanitária à população civil e ao retorno de populares deslocados. A atuação brasileira está fundamentada nessa carta<sup>43</sup>, apresentada ao Congresso Nacional.

---

<sup>43</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2010/decretolegislativo-741-10-dezembro-2010-609650-exposicaodemotivos-145083-pl.html>. Acesso em 22 fev. 2016. No documento, os ex-ministros da defesa fazem alusão ao que eles chamariam de uma expressão informal de alegria e entusiasmo por parte do então comandante da Unifil, General Alberto Asarta Cuervas, pois, segundo a carta, ele sabia que os laços históricos que unem o Brasil e o Líbano facilitariam a atuação dos militares junto à comunidade local.

Nela, ambos explicam que o Brasil, por meio do envio de militares à missão, poderia reforçar suas credenciais e responsabilidades como ator global capaz de contribuir positivamente para a promoção da paz.

Atualmente, as atividades que a Marinha do Brasil desenvolve no Líbano estão em consonância com a proposta original. Sua missão tem sido a de apoiar a Força Naval do Líbano no patrulhamento e no monitoramento do seu mar territorial por meio de Operações de Interdição Marítima cujo objetivo é prevenir a entrada de ilícitos transfronteiriços pelo mar em território libanês. Além disso, a Marinha do Brasil trabalha no treinamento de militares da marinha libanesa, por meio de exercícios e atuações conjuntas para que, no futuro, sejam capazes de assumir o controle de suas águas territoriais (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015).

#### **4.1 Adestramentos das tropas e dos meios**

Além de aumentar a presença brasileira em operações de paz das Nações Unidas no Oriente Médio, outro importante ganho é o adestramento de militares em um cenário de conflito real. Não importa quantos exercícios, sejam eles combinados ou simulados, a Marinha do Brasil realize, os efeitos que uma atuação em ambiente de hostilidade real são incomparáveis. Sem a tensão de uma realidade beligerante é impossível manter a tropa bem adestrada e, principalmente, preparada para defender a nação. A própria Marinha do Brasil reconhece essa afirmativa por meio da publicação Revista Marítima<sup>44</sup>:

Os conhecimentos obtidos, decorrentes dessa inédita participação, não só permitiram o aprimoramento no preparo dos navios e tripulações que a sucederam no Líbano, como também estão trazendo uma renovação em inúmeros procedimentos de nossa Esquadra. Dessa forma, assistimos a mudanças e aperfeiçoamentos na condução da manutenção preventiva, na sistemática de fornecimento de sobressalentes em áreas afastadas da sede, na elaboração e adoção de regras de comportamento operativo, nas comunicações, nos procedimentos de defesa contra ameaças assimétricas e na capacidade de realizar reparos de maior bem como da sua modernização, realizada nos anos 2000 (REVISTA MARÍTIMA, 2013).

#### **4.2 A relevância da presença da Unifil no Líbano**

A presença da Operação de Paz no Líbano é, de acordo com o ex-comandante geral das Forças Armadas Libanesas (LAF – sigla em inglês) general Jean Kahwagi<sup>45</sup>,

---

<sup>44</sup> <http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb-2-2013.pdf> Acesso em 27 fev. 2016

<sup>45</sup> O General Kahwagi era o comandante das Forças Armadas Libanesas em 2011, quando o primeiro almirante brasileiro assumiu o comando da FTM-UNIFIL. As declarações do general Kahwagi foram



necessária para o país cujo histórico de conflitos justificam sua presença. Por meio da missão e das ações de cooperação e coordenação, o Líbano conta com uma cobertura internacional na qual, segundo ele, é possível vislumbrar uma “atmosfera de estabilidade” e até mesmo de trégua nos conflitos. Para que isso seja alcançável, a Unifil faz treinamentos e adestramentos por meio dos quais as Forças Armadas Libanesas possam se tornar autônomas e capazes de proteger o seu próprio território.

A Marinha brasileira não é a única a dar adestramento às tropas libanesas. No entanto, qualquer país que atue na missão ou esteja à frente da Força-Tarefa Marítima desempenhará essa atribuição, pois é uma das tarefas previstas no mandato da missão que foi determinada pelas nações Unidas aos países participantes da operação. O general Jean Kahwagi destacou que a presença dos capacetes azuis e a metodologia de seus ensinamentos e adestramentos têm proporcionado ao povo libanês um dos períodos mais calmos na história do Líbano e um *boom* no desenvolvimento.

Ao todo, 35 países formam as tropas que contém cerca de 15 mil soldados da paz. Eles trabalham lado a lado com milhares de homens e mulheres das forças armadas libanesas cujo propósito é proteger a área entre o rio Litani e a Linha Azul demarcada pela ONU. Entretanto, é possível afirmar que a estabilidade plena ainda não se instalou no país, por isso a permanência da Unifil. Da mesma forma, há de se considerar que Israel, por diversas vezes, empreende missões<sup>46</sup> na área territorial libanesa, violando o acordo firmado entre os dois países e a ONU. Com essas ações israelenses, a atmosfera de estabilidade e de tranquilidade é colocada em cheque. A tranquilidade na fronteira já foi ameaçada por diversas vezes. Para lidar com as situações problemáticas, os oficiais da missão tiveram de desempenhar um papel de interlocutor entre os países a fim de estabelecer um diálogo para prevenir uma escalada de crise e reestabelecer as relações pacíficas entre os dois países.

Por meio do histórico da Unifil no Líbano, é possível avaliar que por diversas vezes os funcionários das Nações Unidas enfrentaram grandes dificuldades em manter o diálogo e preservar a calma na região. Um deles foi o diplomata brasileiro Sérgio Vieira

---

registradas em um periódico elaborado pela assessoria de relações públicas da missão, revista Al-Janoub disponível em: <http://unifil.unmissions.org/LinkClick.aspx?link=Magazine%2fIssue09%2fAl-Janoub-Issue09-EN.pdf&tabid=11569&mid=14994&language=en-US>. Acesso em 05 fev. 2016

<sup>46</sup> Essas missões são diárias. Não há registros oficiais sobre essa afirmação, porém durante as entrevistas realizadas tanto o especialista em Oriente Médio Professor José Farhat quanto os almirantes brasileiros que estiveram na missão afirmaram que todos os dias militares israelenses realizam sobrevoos no espaço aéreo do Líbano.

de Mello que chegou ao país no início da década de 1980 para atuar como conselheiro político sênior da Unifil, em Naquora, cidade de área limdeira entre Israel e Líbano.

Ao contrário dos relatos contemporâneos do General Kahwagi, nos anos de 1980 tanto Israel quanto a Palestina afrontavam os postos de observação que a missão havia criado para impedir que combatentes da OLP se aproximassem de Israel. Porém, soldados da Unifil que desafiavam palestinos costumavam ser levados como reféns. Do outro lado, Israel não fazia questão de ocultar sua presença.

Eles armavam minas, estabeleciam postos de controle, construíam estradas asfaltadas transportavam suprimentos e erguiam posições novas no lado libanês da fronteira. Mesmo assim, como os oficiais da ONU não queriam ofender as Forças Armadas mais poderosas da região, optaram por não se referir ao controle da área por Israel como “anexação” ou “ocupação”; em vez disso, reclamavam de “violações permanentes da fronteira” (POWER, 2008).

A Unifil havia sido criada em 1978 para supervisionar a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano, garantir a paz na região e auxiliar o governo local a restaurar sua autoridade sobre o território. Porém o cenário era de total descrédito e desrespeito para com a missão. Os objetivos elencados estavam cada vez mais longe de serem alcançados e isso fez com que a missão quase chegasse ao fim.

De um lado, o ex-funcionário das Nações Unidas, especialista haitiano em política de nacionalidade Jean Claude Aimé que defendia a retirada das tropas da ONU da região do outro, o então comandante da Unifil, o general três-estrelas William Callaghan, defendia a permanência da missão. Segundo ele a população local dependia da missão.

Desde que a Unifil instalara sua base no sul do Líbano, em 1978, cerca de 250 mil civis haviam retornando ao país. As tropas de paz da ONU forneciam água e eletricidade e mantinham um hospital em Naquora (dirigido pelos suecos); além disso, repararam prédios e estradas e livraram a área de explosivos. Em vez de jogar fora máquinas de escrever, copiadoras, mesas ou cadeiras usadas, a ONU as doava às escolas locais. As tropas de paz também organizavam o que se tornou conhecido como “patrulhas das colheitas”, uma escolta aos civis libaneses cujas fazendas ou plantações de azeitonas se localizavam nas linhas de frente (POWER, 2008).

Após a Unifil ter sido praticamente neutralizada pelas tropas israelenses e palestinas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu, em 18 de Junho de 1982, adotar como medida provisória a extensão do mandato da missão por um período de dois meses até 19 agosto de 1982. Com isso, a ONU autorizou a força a realizar tarefas

provisórias que estavam previstas no relatório original<sup>47</sup>. Em 17 de agosto 1982<sup>48</sup> o Conselho de Segurança novamente decidiu prorrogar o mandato da Unifil pelo período de dois meses até 19 de Outubro de 1982. Ao tomar esta decisão, o Conselho defendia que a iniciativa iria preservar a capacidade das Nações Unidas e ajudar o Líbano a restaurar a paz e a autoridade do seu governo em todo o país.

Desde então, a população libanesa era simpática à atuação da missão de paz no país, pois naturalmente se opunham à invasão tanto israelense quanto palestina. A permanência da Unifil era um sinal de que o mundo estava comprometido em promover a paz no país e a volta do governo libanês sob seu território.

Ainda hoje as tropas da Unifil são bem recebidas pela comunidade local e pelos militares libaneses. Essas relações têm um bom desenvolvimento ao passo que a presença de uma missão de paz permite um ambiente estável para o desenvolvimento econômico e social bem como o comércio, a agricultura e o acesso à educação, permitindo à população uma estrutura de vida regular. (Al-Janoub magazine, 2011)

Mesmo com uma grande aceitação por parte da população, os diferentes costumes e tradições culturais podem produzir alguns incidentes. De acordo com o General Jean Kahwagi, são muito os soldados que atuam na missão, especialmente ao sul do país. Essa diversidade já produziu alguns incidentes que, para ele, hoje estão em uma escala menor de ocorrências. O general afirma que a diminuição desses inconvenientes se devem ao fator de as tropas da Unifil terem tido uma melhor compreensão das tradições e costumes do povo local. Além disso, a população local tem se tornado cada dia mais consciente da importância da presença das tropas no sul do país.

Hoje o cenário é de cooperação entre a Unifil e o Exército do Líbano. Ambos atuam em prol da implementação da Resolução 1701. A expedição de patrulhas, a criação de postos de controle e a realização de exercícios de vedação e manobras são elementos importantes que desempenham um papel estratégico para o reforço das capacidades das duas forças, além de manter as tropas prontas para enfrentar eventuais surpresas.

## **1. Considerações Finais**

---

<sup>47</sup> Relatório S/15194/Add.2. Apresentado ao CSNU sobre a situação do Líbano em 1982. Disponível em: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/EC087E3E681653BC8525701C0068B93F>. Acesso em 13 fev. 2016

<sup>48</sup> Por meio da resolução 519 de 17 de agosto de 1982. Disponível em: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/A2F119C45AB6F8508525701F005AAD40>. Acesso em 13 fev. 2016

Ao participar da FTM-Unifil, as Forças Armadas brasileiras garantem o fortalecimento e aprimoramento dos seus mecanismos de defesa. É a partir do treinamento de suas tropas que o Brasil poderá se destacar e vislumbrar a possibilidade de participar de outras possíveis Operações de Manutenção de Paz. Além disso o país teria a possibilidade de projetar-se cada vez mais em regiões que apresentam a necessidade de auxílio por meio das tropas de paz.

A partir de uma atuação mais ativa nessas operações, o Brasil poderia ainda contar com a possibilidade de ganhos políticos com a imagem de um país que deseja atuar ativamente de temas da agenda internacional. Esses ganhos ajudariam o País a promover-se e a qualificar-se na candidatura a membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual já ocupou por 10 vezes a posição de membro provisório.

Além disso, pela quantidade de países envolvidos na missão, pode-se observar o esforço das Nações Unidas em busca de uma estabilidade na região. Mesmo custeando um alto orçamento para manter tropas deslocadas, o Brasil ganha destaque político por estar à frente da única Força-Tarefa Marítima das Nações Unidas. Esta é uma operação na qual o Brasil pode explorar seu interesse particular de demonstração de capacidade de deslocamento de tropa até o oriente médio. Isso permite ao país um avanço em sua Política Exterior.

Entretanto, lamentavelmente, a população brasileira ainda possui pouco conhecimento sobre a atuação do Brasil em Operações de Manutenção das Nações Unidas. Na verdade, a população, de um modo geral, praticamente desconhece as atividades das Forças Armadas brasileiras e por isso faz-se necessário este modesto substrato que demonstra que o País tem se tornado um ator com maior credibilidade e, portanto, mais solicitado, inclusive do ponto de vista militar.

O País subiu um degrau no tocante à sua maturidade e conseguiu superar lembranças do período ditatorial que marcaram a história da nação. Essa afirmativa pode ser comprovada a partir da relação harmônica que há entre o ministério civil e os comandos militares que atualmente possuem uma sinergia positiva no âmbito da Política Externa Brasileira.

Entretanto, a atuação brasileira ainda é modesta quando comparado à grandes potências. O orçamento aprovado para as Operações de manutenção da Paz da ONU, para

o ano fiscal de 01 de julho 2015 a 30 junho de 2016, foi de U\$8,27 bilhões de dólares<sup>49</sup>. Desse montante, os principais contribuintes são: os Estados Unidos da América que financia 28,38% do montante; o Japão que aplica 10,83% do valor total; e a França cuja contribuição é de 7,22%. Já os investimentos que o Brasil faz nessas operações não chegam a 2%.

Nesse contexto, caso o Brasil não avance rumo a um patamar superior, todos os esforços que hoje são envidados para as missões de paz podem acabar se diluindo com o passar do tempo, pois tudo aquilo que atualmente se configura como atitudes de uma nação com responsabilidades globais pode cair no esquecimento caso não haja um maior esforço em manter o país na cena global. A partir do momento em que a atuação brasileira se tornar algo ordinário, aos olhos da comunidade internacional, todo o trabalho feito até agora poderá atingir resultados modestos.

## **Referências Bibliográficas**

### **Livros e Artigos**

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D.; GRIFFIN, Stuart. Understanding peacekeeping. Polity, 2010.

BIGATÃO, Juliana. Operações de manutenção da paz no pós-Guerra Fria: o caso dos conflitos intraestatais. 2008.

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. USO DA FORÇA NAS OPERAÇÕES DE PAZ: SOLUÇÃO OU PROBLEMA? p. 49, 2012.

BRAHIMI, Lakhdar. Report of the Panel on United Nations Peace Operations. 2000.

CERVO, Amado Luiz, & LESSA, Antônio Carlos. "O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014)" Revista Brasileira de Política Internacional 57.2 (2014): 133-151.

DOYLE, Michael W.; SAMBANIS, Nicholas. Making war and building peace: United Nations peace operations. Princeton University Press, 2006.

DURKHEIM, Émile. "Fato social e divisão do trabalho." São Paulo: Ática (2007).

ENCICLOPÉDIA CATÓLICA. New York: Encyclopedia Press, Inc, 1913. Disponível em: [http://en.wikisource.org/w/index.php?title=Catholic\\_Encyclopedia\\_\(1913\)&oldid=4898576](http://en.wikisource.org/w/index.php?title=Catholic_Encyclopedia_(1913)&oldid=4898576). Acesso em: 29 jun. 2014.

---

<sup>49</sup> Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/financing.shtml>. Acesso em 08 mar. 2016

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 1999.

FERNANDES, Jéssica Silva. "País Basco: a atuação do ETA na reivindicação separatista."

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Univ of California Press, 1984.

GATAZ, André. "Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes." (2005).

HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action*, Vol. I." Boston: Beacon (1984).

KENKEL, Kai Michael, et al. "O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação." (2012).

LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo. "O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz." O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional (1998).

MAGNOLI, Demétrio (Org). História da paz: os tratados que desenharam o planeta. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

POWER, Samantha. O homem que queria salvar o mundo: uma biografia de Sérgio Vieira de Mello. Editora Companhia das Letras, 2008.

ROSI, Bruno Gonçalves. "O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas no Governo Dilma." *Conjuntura Austral* 3.11 (2012): 58-69.

## **Documentos**

BRASIL. Decreto Legislativo Nº 741, DE 2010. Autoriza a participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano - UNIFIL. **Lex**: EMI Nº 474 MRE/MD. Diário do Senado Federal. Brasília, dezembro, 2010. P. 57936.

## **Revistas**

FERRO, Marc. A Liga das Nações está morta, viva a ONU. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ac&id=826>. Acesso em: 02 de mar. 2016.

KOMNISKI, Murilo. Operações de Paz: solidariedade e responsabilidade internacionais. *Revista Carta Capital*. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-dogrrri/operacoes-de-paz-solidariedade-e-responsabilidade-internacionais-1531.html>. Acesso em: 09 de dez. 2015.

GHATTAS, Samir. *UNIFIL is a necessity for Lebanon*. *Revista Al-janoub*. Disponível em: <http://unifil.unmissions.org/LinkClick.aspx?link=Magazine%2fIssue09%2fAl-Janoub-Issue09-EN.pdf&tabid=11569&mid=14994&language=en-US>. Acesso em: 19 de jan. 2016.